



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.604, DE 2023

(Do Sr. Delegado Fabio Costa)

Altera a Lei n. 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, para permitir que o delegado de polícia possa requisitar, diretamente ao estabelecimento bancário ou similar, o rastreio e bloqueio dos valores oriundos do crime, e o Decreto-Lei n. 2.848/40, Código Penal brasileiro, para readequar as elementares, o preceito secundário e a ação penal dos crimes de estelionato e assemelhados.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4143/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. DELEGADO FABIO COSTA)

Altera a Lei n. 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, para permitir que o delegado de polícia possa requisitar, diretamente ao estabelecimento bancário ou similar, o rastreo e bloqueio dos valores oriundos do crime, e o Decreto-Lei n. 2.848/40, Código Penal brasileiro, para readequar as elementares, o preceito secundário e a ação penal dos crimes de estelionato e assemelhados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Altera a Lei n. 12.830, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, para permitir que o delegado de polícia possa requisitar, diretamente ao estabelecimento bancário ou similar, o rastreo e bloqueio dos valores oriundos do crime, bem como o Decreto-Lei n. 2.848/40, Código Penal brasileiro, de 07 de dezembro de 1940, para readequar as elementares, o preceito secundário e a ação penal dos crimes de estelionato.

Art. 2º. A Lei n. 12.830, de 20 de junho de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:



“Art. 2º-A. Na hipótese de o produto ou o proveito de infração penal, a qual a lei comine pena máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos de reclusão, ser direcionado a uma conta, o delegado de polícia poderá, após o registro formal do fato criminoso, requisitar ao estabelecimento o bloqueio precário dos valores correspondentes.

§1º A requisição conterá:

I - o nome e a matrícula funcional do delegado de polícia requisitante;

II - o número do boletim de ocorrência e a respectiva capitulação legal;

III - os dados pessoais e bancários da vítima, bem como documentos mínimos que comprovem a transferência dos valores;

IV - a menção de representação ou de requerimento da vítima (ou de seu representante legal) para o início da investigação, nos casos em que a lei o determina;

V- o valor exato a ser bloqueado; e

VI - a identificação da delegacia de registro e da unidade responsável pela respectiva investigação, inclusive os respectivos e-mails funcionais.

§2º no caso de subsequente transferência do produto ou do proveito do crime para outras contas, a instituição requisitada deverá dar caráter itinerante à ordem do delegado de polícia para estender o bloqueio, até o limite do valor transferido, a essas outras contas;

§3º As instituições bancárias, ou similares, deverão, obrigatória e imediatamente, após o referido bloqueio, comunicar o delegado de polícia de sua implementação e, sem violar o sigilo das movimentações bancárias, os



dados sobre o resultado alcançado pela medida na respectiva agência e nas outras para as quais o produto/proveito do crime tiver sido recambiado;

§4º Recebida à comunicação prevista no parágrafo anterior, o delegado de polícia deverá, se indícios suficientes de crime houver, instaurar o inquérito policial.

§5º se efetivado com sucesso o bloqueio, ainda que parcial, o delegado comunicará ao juiz, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a conversão judicial da referida medida em sequestro ou busca e apreensão, sob pena de desbloqueio automático dos respectivos valores.

§6º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o Banco Central (BC) fica autorizado a desenvolver, coordenar ou supervisionar uma ferramenta de rastreamento e bloqueio adicional, visando aprimorar a eficácia das medidas de controle e combate a transações financeiras ilícitas.

Art. 3º. O artigo 171 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 171 -

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

.....

§ 2º-A A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida por meio de dispositivo eletrônico, telefônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

.....

§ 5º Somente se procede mediante representação:



I – nas hipóteses do art. 171, §1º.

II – se não houver incidência de qualquer majorante ou qualificadora prevista neste artigo;

III- não for o ilícito perpetrado contra:

a)- a Administração Pública, direta ou indiretas;

b)- criança ou adolescente;

c)- pessoa com deficiência mental;

d)- maior de 60 (sessenta) anos de idade ou incapaz;

IV- se o fato for praticado contra uma só vítima, ofendido ou prejudicado.

.....”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de proposta legislativa que altera a Lei n. 12.830/2013 e o Decreto-Lei n. 2.848/40, Código Penal brasileiro, para, respectivamente, estabelecer a possibilidade do delegado de polícia requisitar diretamente ao estabelecimento bancário, ou similar, o bloqueio dos valores que sejam produto ou proveito de crime, bem como para readequar as elementares, o preceito secundário e a ação penal dos crimes de estelionato.

No que tange à alteração introduzida na Lei n. 12.830/2013, foram utilizadas terminologias mais abertas que permitem o alcance não só dos valores transferidos a contas bancárias, mas também para outras sortes de



contas, a exemplo das de pagamento, como o *Paypal*, PagSeguro, Google Wallet, Mercado Pago e Payoneer.

Esse mecanismo deriva da necessidade de refreamento da epidemia de golpes que assola o Brasil, o que foi evidenciado recentemente pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Tratado como o crime da moda, o delito de estelionato teve crescimento de 326,3% desde 2018, o que requer reação hábil do Poder Legislativo.

Com o implemento de outras formas de movimentações bancárias, a exemplo do PIX, houve um sensível aumento do número de golpes praticados pela internet, fazendo-se útil e necessário robustecer as medidas de acautelamento das polícias investigativas.

No caso, a possibilidade de delegado de polícia requisitar ao estabelecimento bancário - ou similar - o bloqueio de valores que sejam produto ou proveito de crime se trata de uma medida de bloqueio pré-cautelar, que visa preservar o resultado útil de medidas cautelares judiciais, como é o caso do sequestro de bens e valores e a busca e apreensão.

Cumprе destacar que já existem semelhantes medidas precautelares impostas pelo delegado de polícia, a exemplo do registro de furto ou roubo de veículos (parceria entre as polícias judiciárias e os DETRANs), bem como em face de celulares subtraídos (parceria das polícias judiciárias e da Anatel).

Além disso, a medida em comento não tem por escopo somente o refreamento de golpes, por mais que sejam inegavelmente adequadas para tanto. Fato é que tal bloqueio cautelar precário também pode ser empregado para outros crimes, que não possuem vítimas determinadas, a exemplo da lavagem de capitais e o próprio tráfico de drogas, o que se mostra um avanço frente aos mecanismos de bloqueio atualmente previstos nas Resoluções do Banco Central.

É importante ainda mencionar que não há qualquer tipo de invasão no sigilo das movimentações financeiras do suspeito, porquanto, na prática, só há o congelamento temporário dos valores transferidos de forma suspeita,



evitando o seu esvaimento. Tudo no limite do prejuízo informado e comprovado pela vítima, não havendo congelamento automático da conta suspeita.

Por fim, a presente proposição legislativa também não fere o princípio da reserva de jurisdição, porquanto se mantém a decisão definitiva sobre a medida nas mãos do magistrado competente.

De outro turno, o projeto também estabelece readequações nos crimes de estelionato, promovendo alterações substantivas nas elementares do tipo penal, no preceito secundário e na sistemática atual da ação penal.

A nova sistemática impõe que os crimes de estelionato mais complexos não dependam da representação das vítimas, porquanto o interesse na repressão criminal sobrepuja a necessidade de expressão de vontade dos ofendidos.

Por isso, a proposta impõe que crime de estelionato só se submeta à representação da vítima quando verse sobre estelionato privilegiado ou em sua modalidade simples, ou seja, sem incidência de qualificadoras ou majorantes.

Nesses estelionatos mais simples, afasta-se extraordinariamente a necessidade da representação quando perpetrada a infração penal contra a Administração Pública, direta ou indireta, criança ou adolescente; pessoa com deficiência mental, maior de 60 (sessenta) anos de idade ou incapaz e se o fato for praticado contra uma só vítima, ofendido ou prejudicado.

Ademais, o projeto também corrige uma distorção da pena de multa no crime do estelionato, principalmente quando comparada com as novas modalidades de estelionato. Enquanto o preceito secundário do art. 171 ainda menciona a pena de multa de quinhentos mil réis a dez contos de réis, as novas modalidades qualificadas do estelionato, a exemplo do § 2º-A, já tratam somente da pena de “multa”, sem se vincular a padrões desatualizados de moeda.

Por fim, é imperativo se aperfeiçoar a redação da fraude eletrônica (Art. 171. § 2º-A), pois, atualmente, há grande dificuldade de incidir tal dispositivo nas modalidades dos crimes virtuais de maior volume, por exemplo, os golpes



aplicados por telefone ou por aplicativos de mensageria. Isso porque as informações utilizadas para aplicar os golpes não necessariamente são conseguidas pelos criminosos junto às vítimas ou por terceiro induzido a erro.

Em regra, são previamente alcançadas por meio do acesso dos criminosos a bancos de dados que trazem informações sobre as vítimas ou seus parentes, em adição a fotografias das pessoas disponibilizadas na rede mundial de computadores. Por isso a redação legislativa precisa ser modernizada.

Sem falar que a redação sugerida ao art. 171. § 2º-A se aproximaria da trazida no artigo 155, parágrafo 4º-B, do Código Penal, doutrinariamente nominado furto eletrônico, o que garantiria maior homogeneidade no tratamento dos semelhantes tipos penais.

Por essa razão e fundamentos, considerando a necessidade de aprimoramento da legislação penal e processual atualmente em vigor, solicito o apoio dos nobres colegas para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA

PP/AL



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013 Art. 2º-A	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013-0620;12830
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 Art. 171	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07;2848

FIM DO DOCUMENTO